



A (DE) COLONIALIDADE EM PERSONAGENS DE O SERTANEJO: REPRESENTAÇÕES ALENCARINAS À LUZ DA ECOCRÍTICA

Elisângela Campos Damasceno Sarmento (IFPI)

Geraldo Jorge Barbosa de Moura (UFRPE)

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo analisar, a partir do método da Análise do Discurso e da perspectiva Ecocrítica, as representações do sertanejo na obra *O Sertanejo*, de José de Alencar, dialogando com os conceitos de colonialidade e decolonialidade. Tais discursos evidenciam a predominância da colonialidade, embora se perceba, de forma incipiente, o despontar de uma visão contra-hegemônica, que busca a emancipação dos indivíduos. Logo, a Ecocrítica caracteriza-se como um campo de ideias interdisciplinares e transdisciplinares a serem exploradas, sinalizando, assim, um substrato à reflexão das relações do homem com o ambiente natural e sociocultural.

Palavras-chave: Ecologia; Ecocrítica; Decolonialidade; Sertanejos; Literatura; Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

Abstract: This research aims to analyze, from the perspective of Discourse Analysis and Ecocriticism, the representations of hillbillies in the work *O Sertanejo*, by José de Alencar, dialoguing with the concepts of coloniality and decoloniality. These discourses evidence the predominance of coloniality, although it is perceived, in an incipient way, the emergence of a counter-hegemonic vision, which seeks the emancipation of individuals. Therefore, Ecocriticism is characterized as a field of interdisciplinary and transdisciplinary ideas, thus presenting a substrate for the reflection of man's relations to the the natural and sociocultural environment.

Keywords: Ecology; Ecocriticism; Decoloniality; Country people; Literature. Interdisciplinarity and transdisciplinarity.

1 Introdução

Em primeira instância, vale frisar que a gênese do termo “Ecologia”, conforme Alpina Begossi (1993), advém da Biologia, mas tem se desdobrado em múltiplas formas, ampliando para Ecologia Humana, Ecologia Social, Ecocrítica, impulsionando, assim, o surgimento de inúmeras ramificações devido à influência da Filosofia, da Antropologia, da Sociologia, da Literatura, assumindo, pois, um caráter, efetivamente, interdisciplinar e transdisciplinar.

Nesse sentido, no final da década de 1980, de acordo com Feldman (2015), ganhou fôlego uma corrente científica que visava ao estudo da correlação entre a Ecologia e a Arte, configurando-se, assim, esta última como latente disseminadora de conhecimentos e, mais especificamente, a Literatura, que apresenta como elo interdisciplinar o enredo de obras que representam a realidade humana na imbricação com o ambiente, a sociedade e a cultura.

Desse modo, esse estudo só vigorou, no contexto técnico-científico, a partir de 1989, quando Cheryll Glotfelty, participando do Encontro da Associação de Literatura do Oeste dos Estados Unidos, incitou a sua adoção no campo crítico. Nessa perspectiva, Glotfelty (1996) aponta que a Ecocrítica trabalha sob uma abordagem dos estudos literários centrados na Terra. Daí, desponta-se uma ferramenta que subsidia os pesquisadores a analisarem as relações homem-ambiente, mediadas por obras literárias, que permeiam saberes e sinalizam as imbricações dos grupos sociais, expostas no relato e ações dos personagens.

Outro intelectual bastante renomado no campo da Ecocrítica é o norte-americano Greg Garrard (2006). Ele defende que a Ecocrítica sugere estudos interdisciplinares. Sob esse viés, para esta pesquisa, a Ecocrítica congrega uma possibilidade da não-fragmentação de saberes, dando suporte a uma análise menos reducionista, uma vez que favorece a abrangência de perspectivas na investigação das relações homem-ambiente e das representações do sertanejo e do sertão na obra do escritor cearense, José de Alencar, sobre a qual este artigo se debruça.

Para Feldman (2015), a Ecocrítica se fundamenta no entrecruzamento entre a cultura e a natureza via Literatura, buscando estabelecer, como instância crítica e discurso teórico, as relações entre escritores, textos e o “mundo” e este inclui toda a ecosfera, como os fatores sociais, históricos, simbólicos e outras relações que se imbricam numa dinâmica constante. Isso reitera a visão do escritor norte-americano Greg Garrard (2006) que concebe a Ecocrítica como um campo aberto, inter e transdisciplinar.

ECO-REBEL

Outrossim, considerando esse “mundo” de relações que a Ecocrítica possibilita, via Literatura, vale esclarecer que, na obra *O Sertanejo*, evidenciam-se questões históricas, socioeconômicas e culturais que estão atreladas ao processo de colonização brasileira e às neocolonizações, bem como a uma resistência da reprodução dessas visões, eclodindo, respectivamente, os conceitos de colonialidade e decolonialidade.

Conforme Colaço (2012), o pensamento decolonial reflete sobre a colonização como um grande evento prolongado e não como uma etapa histórica já superada. Nesses termos, embora a independência política do Brasil tenha ocorrido, historicamente, em 1822, os resquícios de dependência socioeconômica e uma herança cultural eurocêntrica ainda permanecem na contemporaneidade,

Desse modo, consoante Colaço (2012), o decolonial é uma luta contínua, uma vez que as raízes históricas, socioeconômicas e culturais se infiltram no cotidiano diacrônico de gerações sucessivas, tornando árdua a superação do poder da colonização ao longo dos séculos, surgindo, assim, neocolonizações que necessitam, pois, de um discurso e de uma prática permanente de resistência às forças hegemônicas.

Nesse contexto, a decolonialidade é um movimento contra-hegemônico que visa a uma resistência às colonizações do poder, do saber e do ser, que foram perpassadas historicamente, estabelecendo dicotomias, como: dominante/dominado; desenvolvido/subdesenvolvido; civilizado/primitivo; conhecimento científico/saber popular; superior/inferior.

Para Reis & Andrade (2018), o pensamento decolonial objetiva problematizar a manutenção das condições colonizadas da epistemologia, buscando a emancipação de todos os tipos de opressão e dominação, ao articular, interdisciplinarmente, cultura, política e economia, de maneira a construir um campo totalmente inovador de pensamento que privilegie os elementos epistêmicos locais em detrimento dos legados impostos pela situação colonial.

Na obra *O Sertanejo*, do escritor cearense José Alencar, apresenta-se o protagonista “Arnaldo” (livre por e na natureza), um sertanejo que se configura como um personagem decolonial (contra-hegemônico), visto que não é subalterno à autoridade do “capitão-mor Gonçalo Pires Campelo”, que, conforme a obra em epígrafe, representa o “potentado do sertão” (ALENCAR, 2002, p. 443), o detentor de muito poder e riqueza. Essa característica contra-hegemônica do personagem “Arnaldo” pode ser percebida, também, no referido autor que,

ECO-REBEL

segundo Alfredo Bosi (2006), foi um político engajado, que contestava a centralização de poder do Império brasileiro.

Assim como “Arnaldo”, personagem da ficção alencarina do século XIX e o próprio autor que lhe deu forma artística, outros sujeitos destacam-se ao adotarem e difundirem essa perspectiva decolonial nos debates acadêmicos e científicos hodiernos, como por exemplo, o argentino Walter Mignolo e o português Boaventura de Sousa Santos, levantando, assim, a bandeira da resistência à cultura eurocêntrica e às novas formas de colonização atuais.

Isso posto, vale destacar que Mignolo (2010) frisa que o mais forte não está satisfeito com ser apenas o mais forte, ele cria mecanismos para justificar o seu direito à dominação. É a chamada geopolítica do conhecimento. Dessa forma, a colonialidade do saber é uma geopolítica do conhecimento, cuja hegemonia decide quais conhecimentos e comportamentos são legítimos.

Assim, conforme assinala Mignolo (2010), a sociedade colonial “evoluiu” para um corpo social neocolonial. Desse modo, mudaram-se os nomes, os protagonistas e as estratégias, mas o propósito de dominação para a exploração e a opressão persiste há mais de cinco séculos. Por isso, há de se construir uma sociedade emancipadora, com o fito de se eliminar o estigma de uma América Latina como sendo a mais desigual região do mundo.

De acordo com Santos (2007), o processo de colonialidade está presente na caracterização do pensamento moderno ocidental, concebido como abissal, uma vez que este foi construído mediante as linhas cartográficas que demarcavam o território em Velho e Novo Mundo. Desse modo, na visão eurocêntrica, existe “este lado da linha” (a dominação) e “o outro lado da linha” (os dominados). Seguindo o raciocínio de Santos (2007), essas linhas abissais consistem num sistema de visibilidade (países centrais) e invisibilidade (países periféricos), sendo que os povos e culturas invisíveis consolidam os visíveis. Essa divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece enquanto realidade, tornando-se inexistente, o que significa não existir sob qualquer forma de ser relevante, compreensível ou legítimo.

Retomando a obra *O Sertanejo*, vale lembrar que o enredo é denso, sendo composto por 41 (quarenta e um) capítulos, distribuídos em duas partes que delineiam uma significativa caracterização dos personagens que fazem uma representação do sertanejo. Consoante o crítico literário Antônio Candido (1981), o romance *O Sertanejo*, de José de Alencar, representa a realidade do sertanejo e do sertão do século XIX, mas alguns dos aspectos apresentados na obra ainda permanecem hoje, emergindo pontes e diálogos com o momento presente. Sendo assim, a

ECO-REBEL

obra em referência é palpitante para a análise de questões que circundam a contemporaneidade, como por exemplo, a colonialidade e a decolonialidade.

Nessa conjuntura, salienta-se que, segundo Alfredo Bosi (2006), José Martiniano de Alencar Júnior foi um escritor bem ao gosto do público do século XIX, tornando-se, pois, um célebre romancista, sendo indicado por Machado de Assis para ocupar a Cadeira n.º 23, da Academia Brasileira de Letras. Em sua vida de vastas produções, foi escritor, jornalista, advogado e político. Apesar de uma existência intensa, esta lhe foi breve, falecendo aos 48 anos (1829-1877), no Rio de Janeiro, vítima de tuberculose como informa Araripe Júnior (1958).

Portanto, *O Sertanejo*, último romance regionalista do autor, apresenta personagens marcantes que trazem ao leitor um potencial reflexivo sobre o Brasil da época e as correlações desse tempo e desses sujeitos com questões que ainda vigoram na cultura do país, como por exemplo, a colonialidade e a decolonialidade. Nesse ínterim, salienta-se que esta investigação parte da hipótese de que o discurso da colonialidade sobressai-se em comparação ao da decolonialidade

Diante do exposto, este estudo tem o objetivo de analisar, sob o método da Análise do Discurso e da perspectiva Ecocrítica - que investiga as inter-relações entre a Literatura e a Ecologia -, as representações do sertanejo que o autor expõe ao descrever alguns de seus personagens, dialogando com conceitos que emergem da abordagem da colonialidade do poder, do saber e do ser, bem como da perspectiva da decolonialidade. Ressalta-se, ainda, que a presente pesquisa parte da hipótese de que os discursos da obra em exame evidenciam a predominância da colonialidade, embora se perceba, de forma incipiente, o despontar de uma visão contra-hegemônica, que busca a emancipação dos sujeitos.

2 Material e métodos

Considerando os elementos supracitados que contextualizam o presente estudo, é válido ressaltar que esta pesquisa fundamenta-se na segunda parte do livro *O Sertanejo* (1875/2002), de José de Alencar, que reúne 21 (vinte e um) capítulos, permeados de representações (explícitas e implícitas) acerca do sertanejo que dialogam com diversas áreas do conhecimento.

Com vistas a realizar esta investigação, adotou-se a metodologia da Análise do Discurso de Linha Francesa que, como informa Michel Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Isso posto, o indivíduo é questionado em sujeito pela ideologia e é, assim, que a língua faz sentido. Dessarte, conforme Eni Orlandi (2012), a Análise do Discurso de Linha

ECO-REBEL

Francesca considera as condições de produção em que a obra foi escrita e o contexto histórico-social do país, destacando, pois, essas duas características como muito relevantes para a análise deste estudo, visto que é através dessas ferramentas que será realizada a análise do discurso na obra em questão.

Ademais, na concepção de Orlandi (2012), há de se levar em consideração os fatores histórico-sociais que envolveram a produção do discurso e também os sentidos implícitos e explícitos do texto. Vale apontar, ainda, que, na análise do discurso, consoante Orlandi (2012), procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico na relação do homem com a sua história e com as construções sociais, norteadas pela capacidade de significar e significar-se, validando, assim, tais sentidos no discurso do autor através das considerações de suas condições de produção, as quais compreendem, principalmente, o sujeito e a situação (contexto imediato e contexto amplo).

Nesse sentido, salienta-se que, para compreender as condições de produção no que tange ao sujeito que enuncia – José de Alencar – e a situação, foi realizada pesquisa bibliográfica relacionada ao autor e ao período histórico em que se insere a obra *O Sertanejo*, além de ter sido considerada a ideologia intrínseca ao discurso produzido pelo sujeito que fala no texto consoante os estudos de Pêcheux (1975).

Sendo assim, para construir o marco teórico deste artigo, foram acessadas 23 publicações, dentre elas: artigos científicos, localizados em revistas e em anais de eventos, que remontam às primeiras décadas dos anos 2000, além de e-books, bem como livros de críticos literários brasileiros, cuja totalidade do referencial teórico data de 1958 (aporte clássico) até consultas que foram realizadas em sites da internet no primeiro semestre de 2021.

3 Resultados e discussões

3.1 As representações alencarinhas do sertanejo à luz da (de) colonialidade

A Literatura, conforme Afrânio Coutinho (1984), teve a sua origem a partir do filósofo grego Aristóteles, quando a definiu como a arte da imitação ou da representação da realidade mediante o uso das palavras. Desse modo, o conceito de Literatura, mesmo passando por diversas transformações ao longo do tempo, ainda mantém certo vínculo com a tradição clássica ao se

ECO-REBEL

configurar como um terreno fértil à representação do real. Partindo dessa premissa, pode-se afirmar que o texto literário possibilita a compreensão de si mesmo e aguça o entendimento das diversas dinâmicas sociais do mundo.

Nesse sentido, o livro *O Sertanejo* apresenta um seleiro de possibilidades reflexivas acerca das relações humanas e sociais da América Latina, mais especificamente do Brasil, tendo por base as que se estruturaram no século XIX e ainda se fazem presentes na sociedade brasileira neocolonial, cujas marcas da colonização do poder, do saber e do ser permaneceram no imaginário do homem e nas práticas sociais em que ele se integra cotidianamente.

No primeiro capítulo intitulado *A saída*, José de Alencar evidencia, categoricamente, os vestígios da colonização do poder político e econômico, ilustrados pelo personagem denominado pelo narrador do enredo como o “capitão-mor Gonçalo Pires Campelo”, cujo nome era sinônimo de estremecimento no sertão cearense, gerando medo e pavor aos seus subalternos, que, para ele, eram todos aqueles que moravam em Quixeramobim-CE. De modo análogo, essa centralização de poder do século XIX estava marcada na imagem do imperador do Brasil e, na Idade Média, remontava à figura do suserano.

Essa percepção pode ser reverberada a partir dos seguintes trechos: “Todos os moradores de Quixeramobim, ele os considerava como seus vassalos” (ALENCAR, 2002, p. 262); “__ Como te chamas? Perguntou o fazendeiro. __ José Venâncio para respeitar e servir ao sr. capitão-mor”; “O matuto curvou de leve o joelho, fazendo submissa reverência ao capitão-mor que prosseguiu no meio da sua comitiva” (ALENCAR, 2002, p. 263). Refletindo sobre esses fragmentos literários, a partir do termo “vassalos”, vem à tona um sistema político, econômico e social denominado Feudalismo que ocorreu durante a Idade Média, vigorando entre os séculos V e XV. Tal sistema era de caráter rural, baseado na propriedade de terra, onde existiam relações de suserania e vassalagem.

Vale ressaltar que, segundo o historiador Paulo Miceli (1994), os suseranos eram os nobres que doavam as terras e simbolizavam a classe de maior poder. Já os vassalos eram protegidos pelos suseranos e representavam os nobres que recebiam as terras e, em troca, serviam os suseranos de diversas maneiras, sobretudo, para serviços militares, com o propósito de defendê-los em tempos de guerra.

Sendo assim, os vassalos do Feudalismo eram, também, nobres que poderiam se tornar suseranos à medida que fossem doando parte de suas terras. Dessa forma, observa-se que poderia

ECO-REBEL

haver flexibilidade social, econômica e política a qualquer momento. Todavia, os “vassallos” da obra *O Sertanejo* representam os servos do sr. capitão-mor, numa relação de subserviência e respeito incondicional, caracterizando uma situação de dominação e opressão, não sendo possível, portanto, a mobilidade social, econômica e política, permanecendo a submissão histórica do mais fraco no Brasil e na América como um todo.

Com vistas a reverberar o exposto acima, vale destacar os fragmentos da obra em questão, localizados no sexto capítulo intitulado *Os bilros*, conforme se apresentam a seguir: “Exerciam soberanamente o direito de vida e de morte sobre seus vassallos, os quais eram todos quantos podia abranger o seu braço forte na imensidade daquele sertão. Sua vontade era, ao mesmo tempo, a lei e a sentença; bastava o executor” (ALENCAR, 2002, p. 337). Sendo assim, a centralização do poder nas mãos da elite imprimiu aos sertanejos uma subalternidade que os colocava numa situação deletéria e, portanto, subumana.

Segundo Marx & Engels (2003), a história de toda a sociedade é a da luta de classes. Dessa maneira, sempre existiram homens livres e escravos, patrícios e plebeus, suseranos e vassallos, senhores e servos. Em suma, opressores e oprimidos sempre estiveram em constante oposição, ora velada, ora aberta, como bem assinala a obra *O Sertanejo* nos excertos acima.

Vale a pena ponderar que o cientista social peruano Aníbal Quijano (1997) cunhou o conceito de colonialidade como algo que transcende as particularidades do colonialismo histórico e que não desaparece com a independência ou descolonização. Nesse contexto, o objetivo de dominação e opressão persiste, mesmo após a emancipação política do Brasil que ocorreu, historicamente, em 1822, estendendo-se, pois, pelos séculos subsequentes e chegando aos dias atuais.

Essa formulação do termo colonialidade por Quijano (1997) é uma tentativa de explicar a modernidade como um processo vinculado à experiência colonial, o que permite observar a continuidade das formas coloniais de dominação, mesmo após o fim das administrações coloniais, além de demonstrar que essas estruturas de poder e subordinação passaram a ser reproduzidas pelos mecanismos do sistema-mundo capitalista colonial-moderno.

Ainda do primeiro capítulo, *A saída*, vale registrar os seguintes fragmentos acerca de uma narrativa sobre o “capitão-mor”: “Embora decorressem anos, em tendo notícia do culpado, despachava uma escolta para prendê-lo, onde quer que estivesse. Satisfeito, porém, o seu orgulho, aplacava-se de todo a ira; assim, a maior parte das vezes, o castigo não passava de um ato de

ECO-REBEL

submissão e, quando muito, de uma prova expiatória. Obrigava o atrevido a pedir-lhe perdão de joelhos ou mandava amarrá-lo ao moirão por um dia inteiro” (ALENCAR, 2002, p. 267).

Essa passagem da obra *O Sertanejo* (1875/2002) reitera a colonialidade do poder, uma vez que, embora extinta a gestão colonial brasileira, em 1822, a cultura da subjugação ainda permanece explícita nos diálogos e práticas sociais, capitaneados pela elite dominante, que reproduz, continuamente, no cotidiano das relações humanas, ações austeras e cruéis para reforçar a autoridade ainda vigente. Tal crueldade no trato com os subalternos está, também, explícita no vigésimo primeiro capítulo da obra em questão: “E a satisfação de ver castigados aqueles que nos insultaram” (ALENCAR, 2002, p. 560).

Quijano (1997) afirma que essa matriz de poder, que se expressa por meio da colonialidade, procurava e ainda procura encobrir o fato de que a Europa foi produzida a partir da exploração político-econômica das colônias. Não há como desconsiderar as implicações históricas do estabelecimento desse padrão de dominação, que se reflete na recíproca produção histórica da América e da Europa, como redes de dependência histórico-estrutural.

Essa submissão aparece, também, categoricamente, no décimo terceiro capítulo da obra em epígrafe: “Levados à presença do capitão-mor, a dama que trajava de luto, ajoelhou-se aos pés do potentado” (ALENCAR, 2002, p. 444); “Tendo uma vez dito que o Campelo não era capitão-mor às direitas, por isso que o Quixeramobim ainda não subira à vila; e, sabendo disso, o potentado, mandou-o chamar, com o que tal medo tomou, que desapareceu e não houve mais novas dele” (ALENCAR, 2002, p. 449).

Nesse sentido, as raízes históricas da colonização europeia refletem na replicação da colonialidade decorrente daquela, estando presente no Brasil e em toda a América Latina. Dessarte, o povo neolatino é, originalmente, submisso, e o romper-se dessas amarras requer um processo de irrupção resistente e contínuo, o que Mignolo (2010) evoca como decolonialidade.

Sobre essa decolonialidade, o livro *O Sertanejo* lança mão de um personagem chamado “Arnaldo Louredo”, que se caracteriza como o protagonista dessa narrativa, figurando como um homem arredo e, portanto, não afeito a ordens, mas guiado por um espírito combativo e emancipatório. Com vistas a corroborar essa tendência de “Arnaldo”, segue trecho ilustrativo: “Arnaldo, que sabia destes fatos e conhecia a severidade do capitão-mor, julgava-se banido da Oiticica para sempre; pois não lhe consentia o seu gênio fazer contrição da culpa e pedir perdão da desobediência” (ALENCAR, 2002, p. 267).

ECO-REBEL

Isso posto, o protagonista Arnaldo e o próprio autor, uma vez que a obra é autobiográfica, simbolizam um grupo de intelectuais que, engajados por um ideal de resistência às práticas neocoloniais ainda vigentes na América Latina, lutam pela emancipação dos povos, historicamente, subjugados pela colonialidade do poder, do saber e do ser. O protagonista de *O Sertanejo* apresenta uma lição: “O caráter de Arnaldo tinha este traço especial. Zeloso de sua independência, e de extrema suscetibilidade nesse ponto, a aspereza, qualquer gesto imperativo, bastava para revoltar-lhe os brios” (ALENCAR, 2002, p. 268).

Assim sendo, a resistência à colonialidade é uma bandeira que deve ser hasteada durante as ações diárias dos sul-americanos, a fim de ser desconstruída, paulatinamente, uma herança cultural etnocêntrica que considera seres, saberes, povos e nações como superiores em detrimento de outros, considerados inferiores e ilegítimos. E isso pode se dar pela prática da decolonialidade.

Segundo Larissa Rosevics (2017), professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, as marcas da situação colonial não abandonaram os povos colonizados devido à colonialidade do poder, estruturada num processo capitalista que se renova e se consolida em práticas de exploração e dominação. Daí, a importância de um movimento contra-hegemônico que abale tais estruturas e comece a construir relações menos desiguais.

Diante dessa urgente necessidade, conforme Rosevics (2017), um grupo de pesquisadores de diversas matrizes teóricas se uniram num emaranhado de olhares e vozes para se debruçarem em estudos sobre as interferências políticas, econômicas e culturais resultantes do neocolonialismo, eclodindo, assim, o movimento da decolonialidade que traduz um espírito de resistência às práticas coloniais de dominação, com vistas a despertar a consciência e a legitimidade da emancipação de todos os povos e nações.

Entretanto, as práticas neocoloniais vêm se consolidando com bastante força durante os séculos XIX a XXI, inclusive, na obra *O Sertanejo*, isso estava bem explícito, como se vê nos trechos que seguem, retirados do segundo capítulo intitulado *A monteria*: “Este Campelo é de uma desmarcada soberba” (ALENCAR, 2002, p. 275); “O sr. capitão-mor proibiu” (ALENCAR, 2002, p. 276). A partir desses excertos, afirma-se que os coronéis e os capitães, grandes proprietários de terra, comandaram, por muito tempo, com máxima autoridade, as decisões políticas e econômicas para as regiões que eram lideradas por eles e espalhavam o medo para aqueles que, porventura, pensassem em desobedecer às suas ordens.

ECO-REBEL

Esse momento da história brasileira ficou conhecido como Coronelismo e se caracterizou, de acordo com Raymundo Campos (1991), como uma prática social e política, bem peculiar que se consolidou no início do século XX, no período chamado de República Velha (1889-1930), quando os denominados “coronéis” exerciam o poder local sobre as classes desprestigiadas economicamente, com a finalidade de angariar votos em troca de favores, instaurando, assim, o pavor no imaginário das pessoas que lhes prestavam serviço, caso não cumprissem o que fora determinado por essa elite rural.

No entanto, consoante Raymundo Campos (1991), a gênese do coronelismo remonta ao século XIX, com o desenvolvimento da Guarda Nacional, quando os cargos de confiança eram nomeados segundo as relações de influência e a troca de favores. Nesse contexto, proprietários de terra em ascensão e que eram leais ao governo recebiam o título de coronel para exercer o controle da população local, que estava à margem da sociedade, sendo assim, vulnerável à dominação, conforme se pode atestar, retomando as passagens acerca do discurso do “capitão-mor”.

Com vistas a reiterar essa centralização do poder, destaca-se que, na obra *O Sertanejo*, do escritor cearense José de Alencar, tal dominação pode ser corroborada com fragmentos do terceiro capítulo intitulado *O Dourado*: “Previra o efeito que a insistência ia produzir no capitão-mor, cuja vontade imperiosa não sofria a mínima contrariedade e estava acostumado a ser, não somente obedecida como lei, mas aceita como ponto de fé” (ALENCAR, 2002, p. 293).

Esse poder era tamanho que, com o passar de alguns anos, todo chefe político local passou a ser chamado pelos sertanejos de coronel e essas marcas de dominação permaneceram por muito tempo no imaginário e nas práticas sociais que envolviam as elites rurais do Nordeste e as classes menos privilegiadas socialmente, evidenciando, pois, as raízes de uma colonialidade que está arraigada na cultura de povos e nações que, como o Brasil, sofreram o processo de colonização europeia.

Retornando ao sexto capítulo intitulado *Os bilros*, da obra alencarina *O Sertanejo*, pode-se afirmar que outros trechos comprovam, também, a presença marcante dessa colonialidade, conforme evidenciam os fragmentos que se seguem: “O capitão-mor Gonçalo Pires Campelo, cujo nome era temido desde o Exu até os confins do Piauí” (p. 338); “Já se lhe houvera suscitado algum conflito para ter ensejo de obrigá-lo a um ato formal de submissão” (ALENCAR, 2002, p. 339).

De acordo com Maldonado-Torres (2007), a colonialidade do poder se mostra em forma de subjugação político-econômica e se refere à inter-relação entre as formas modernas de

ECO-REBEL

exploração e dominação e o processo europeu de expansão colonial. Outrossim, essa herança cultural ainda permanece explícita nas relações sociais, evidenciando, assim, a visão etnocêntrica sob a égide da dicotomia superior/inferior como se observa no nono capítulo intitulado *Repreensão*: “Sua senhora, não, tornou D. Flor com um tom glacial; não o sou; mas também, apesar de nos termos criado juntos, não sou sua igual” (ALENCAR, 2002, p. 385) e no décimo terceiro capítulo intitulado *A viúva*: “Ela, a filha do capitão-mor Campelo, não podia ver em um vaqueiro outra cousa senão um agregado da fazenda” (ALENCAR, 2002, p. 442).

Desse modo, a ideia de supremacia do colonizador está presente em todas as gerações colonizadas, sejam elas mais antigas ou mais jovens, conforme se pôde atestar, anteriormente, a partir das descrições e narrações provenientes dos discursos do personagem “capitão-mor”, pai da personagem “D. Flor”, que, por sua vez, teve o mesmo comportamento etnocêntrico do seu progenitor consoante se pôde reverberar mediante o trecho acima: “não sou sua igual” e “senão um agregado da fazenda”.

Outras formas de subserviência que ocorrem na obra *O Sertanejo* são as colonialidades do saber e do ser. Conforme o filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado-Torres (2007), a colonialidade do saber se relaciona com a epistemologia e suas formas de reprodução de regimes de pensamento, enquanto a colonialidade do ser se refere à experiência vivida de colonização e seus impactos na linguagem e na visão de mundo dos povos colonizados.

Com base nos conceitos supracitados, trabalhados por Maldonado-Torres (2007), vale ressaltar que, no sétimo capítulo intitulado *A volta*, há, claramente, formas de expressão das colonialidades do saber e do ser, quando o próprio personagem oprimido traz, no pensamento e dentro si, o reconhecimento de superioridade do opressor, conforme se observa no fragmento a seguir: “Quem é capaz de duvidar da honrada palavra de vossa senhoria? Acudiu o João Correia. Desde que o sr, capitão-mor abona, está acabado” (ALENCAR, 2002, p. 356).

Partindo dessas constatações, é oportuno retomar o conceito de decolonialidade como forma de resistência a todas as formas de colonialidade, sejam elas as do poder, as do saber ou as do ser. Segundo o professor da Universidade de Brasília, Antônio Gomes da Costa Neto (2016), o movimento decolonial propõe romper com os pensamentos gravados nas mentes e nos corpos de gerações sucessivas que foram colonizadas por nações europeias etnocêntricas que introduziram a ideologia do inferior, do ilegítimo, do subalterno.

ECO-REBEL

Como símbolo dessa resistência à colonialidade, retoma-se, neste momento, o protagonista “Arnaldo”, da obra *O Sertanejo*, destacando um excerto do décimo capítulo intitulado *A infância*: “Parecia um príncipe maltrapilho, esse pirralho do sertão, que não tolerava uma sujeição nem mesmo à vontade do pai” (ALENCAR, 2002, p. 406). É esse espírito emancipatório de “Arnaldo”, personagem autobiográfica de José de Alencar, que deve ser construído nas epistemologias, nas relações sociais e nos discursos da contemporaneidade, a fim de que possam ser desconstruídas as ideologias colonizatórias do saber, do poder e do ser.

Entretanto, o panorama que se configura na sociedade hodierna é dual. Há, então, forças opostas: a decolonialidade, representada pelo personagem autobiográfico “Arnaldo” e a colonialidade, simbolizada pelo “capitão-mor”, sua filha, “D. Flor”, e todos os demais personagens da obra *O Sertanejo* que foram subjugados por tais representações de colonialidade, ilustrando, pois, esse legado de autoridade e supremacia da classe dominante, como corrobora a passagem que segue: “Também a altivez nela era nativa; e já, naquele tempo, sentia o prazer especial da dominação (ALENCAR, 2002, p. 406).

No décimo primeiro capítulo intitulado *Adolescência*, aparece, novamente, outro trecho em que se evidencia a essência de liberdade e autonomia, vivenciada pelo personagem “Arnaldo” e idealizada por José de Alencar, reverberando, assim, um desejo e uma ação contra-hegemônica na qual se sustenta a decolonialidade conforme pode ser constatado no excerto a seguir: “Desde aquele tempo, manifestara-se sua repugnância para todo serviço obrigatório, feito por ordem e conta de outro” (ALENCAR, 2002, p. 409).

Outra temática discutida na obra *O Sertanejo* é a questão do povo indígena que foi alvo dos colonizadores e, ainda hoje, luta pela demarcação e posse de seus territórios. Com vistas a ratificar essa assertiva, a seguir, encontram-se alguns fragmentos do décimo segundo capítulo intitulado *Anhamum*: “O rapaz tinha lá para si que os índios não faziam senão defender a sua independência e a posse das terras que lhes pertencia por herança, e de que os forasteiros os iam expulsando” (ALENCAR, 2002, p. 424).

Para Costa Neto (2016), a luta decolonial passa, também, e, primordialmente, pela resistência à exploração dos territórios indígenas e quilombolas por empresários capitalistas que, ancorados num governo neoliberal, visam à expulsão desses grupos minoritários e invisibilizados socialmente, em face da subjugação dos seus direitos em prol de uma economia devastadora.

ECO-REBEL

Nesses termos, não só os indígenas e quilombolas permanecem invisíveis numa sociedade neocolonial, mas também outros segmentos minoritários, como por exemplo, os pescadores, as lavadeiras, os vaqueiros e diversos outros grupos como se pode observar em outro trecho do décimo segundo capítulo: “Arnaldo tinha partilhado das lições que o padre capelão dava a Flor, Alina e Jaime; mas sabidas as primeiras letras o haviam tirado da escola, visto que um vaqueiro não carecia de mais instrução” (ALENCAR, 2002, p. 436). Sob esse viés, a educação formal é outro fator de exclusão, uma vez que, à classe baixa, não raro, é negado o direito a uma formação de qualidade, tendo em vista a sua emancipação.

Como últimos trechos a sublinhar, retirados do vigésimo primeiro capítulo da obra *O Sertanejo*, destacam-se: “__Ama sua liberdade, filho. Arnaldo ficou pensativo; ele sabia que amor é esse da independência” (ALENCAR, 2002, p. 559). Logo, a “independência” do sertanejo “Arnaldo”, que foi idealizada por José de Alencar, representa o desejo de emancipação que se vincula à decolonialidade e deve ser buscado, continuamente, pelos povos invisibilizados, em face do processo de colonização histórica e por uma colonialidade que é replicada, constantemente, no Brasil e na América Latina.

Isso posto, entre personagem e autor, há uma identificação projetiva. Em outras palavras, observa-se, explicitamente, uma conjunção ficção-realidade na obra *O Sertanejo*, de José de Alencar. Consoante Ribeiro (2016), o conceito de identificação projetiva foi postulado por Melanie Klein, em 1946, no texto "Notas sobre alguns mecanismos esquizoides", um clássico da literatura psicanalítica. Para a autora, a identificação projetiva pode ser compreendida como uma fantasia inconsciente entre analista e analisando e, de modo análogo, entre autor e personagem, podendo ter um caráter mais agressivo, expulsivo e, portanto, defensivo ou um caráter mais comunicativo, sendo que os mecanismos de cisão e projeção, em intensidades diversas, estão sempre implicados. Sendo assim, autores e personagens estão imbricados numa relação identitária, uma vez que os personagens de um escritor são as projeções dos desejos autorais.

4 Considerações finais

A obra *O Sertanejo*, do escritor José de Alencar, traz elementos da colonialidade e da decolonialidade, embutidos nos discursos dos seus personagens, que representam os sertanejos dominantes, dominados e subversivos. A análise da colonialidade e da decolonialidade, no

ECO-REBEL

contexto da Ecocrítica, reflete as conflitantes relações entre os seres humanos, a Literatura e o ambiente social, econômico, político e cultural.

Desse modo, a decolonialidade precisa ganhar impulso no contexto literário, técnico-científico e nos debates sociais, com vistas a desenvolver uma cultura e uma consciência emancipatória, com o fito de desconstruir relações opressoras que levam à dominação dos sujeitos, considerados como ilegítimos e, portanto, excluídos de direitos, sendo somente passíveis de exploração para atender à elite, reforçando, assim, a hegemonia e a autoridade desse grupo social.

Vale ressaltar que José de Alencar, autor de *O Sertanejo*, foi alvo de uma campanha sistemática contra as suas obras, liderada por jornalistas e críticos da época, em virtude, segundo alguns registros biográficos, de sua posição contrária à administração do imperador. Desse modo, o próprio autor representa uma figura decolonial, mesmo sendo de família abastada, pelo fato de ter sido um intelectual resistente à gestão autoritária da época.

Nessa conjuntura, a perseguição a José de Alencar pode ser coadunada, considerando que o autor passou a publicar sob o pseudônimo de Sênio e a maioria dos jornalistas e críticos que o aviltavam lhe direcionaram elogios, bem como a sua escrita. Outrossim, fica patente a inspiração que Alencar provoca no leitor, seja por sua biografia, seja pelo protagonista “Arnaldo”, da obra *O Sertanejo*, despertando, assim, a decolonialidade, ou seja, um espírito resistente à hegemonia.

Nessa perspectiva, com o propósito de romper com a colonialidade que imperava no final do século XIX, José de Alencar produziu, em *O Sertanejo*, apesar de, timidamente, discursos literários anti-hegemônicos por meio do personagem principal, “Arnaldo”, a fim de representar uma figura de resistência à dominação, simbolizada pelo “capitão-mor” e sua filha, “D. Flor”.

Vale destacar que a Ecocrítica, interlocutora das relações entre a Literatura e a Ecologia, está carregada, também, de saberes que ultrapassam o campo ecológico-literário. Sob esse viés, esboça-se, assim, um caráter interdisciplinar, suscitando relações com diversas ciências, como por exemplo, a História, a Antropologia, a Filosofia e a Sociologia. Nesses termos, reitera-se que o processo colonizatório no Brasil e as neocolonizações imprimiram estereótipos e invisibilizaram existências.

Por conseguinte, embora a história da colonização brasileira compreenda o período do século XVI ao XIX, é consensual, nos estudos literários, culturais e sociológicos, ainda que a independência política do País tenha ocorrido em 1822, o legado do empreendimento colonial, observado na obra em questão pelos trechos aqui selecionados que corroboram a colonialidade do

ECO-REBEL

poder, do saber e do ser, apesar de existir uma força contra-hegemônica que atua na direção emancipatória dos povos e nações.

Referências

ALENCAR, José de. *O Sertanejo*. São Paulo: José Olympio, 2002.

ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. *José de Alencar*, iVIEC/Casa de Rui Barbosa, 1958.

BEGOSSI, A. *Ecologia Humana: Um Enfoque Das Relações Homem-Ambiente*. INTERCIENCIA 18(1): 121-132. 1993. Disponível em: <http://www.interciencia.org.ve>. Acesso em 10.03.2021.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

CAMPOS, Raymundo. *História do Brasil*. São Paulo: Editora Atual, 1991.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981.

COLAÇO, Thaís Luzia. *Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina: o direito e o pensamento decolonial*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

COSTA NETO, Antônio Gomes da. A Denúncia de Cesáire ao Pensamento Decolonial. *Revista EIXO*, Brasília-DF, v. 5, n. 2, julho-dezembro, 2016.

COUTINHO, Afrânio. *As formas da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Bloch, 1984.

FELDMAN, Alba Krishna Topan. Animais na poética indígena norte-americana – duas perspectivas. In BRAGA, Elda Firmo; LIBANORI, Evely Vânia; DIOGO, Rita de Cássia Miranda (Org.). *Representação animal na literatura*. Rio de Janeiro: Oficina da Leitura, 2015.

GARRARD, Greg. *Ecocrítica*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília: 2006.

GLOTFELTY, Cheryll. Introduction-literary studies in an age of environmental crisis. In: GLOTFELTY, Cheryll & FROMM, Harold (eds). *The ecocriticism reader: landmarks in literary ecology*. Athens / London: The Univ. of Georgia Press, 1996.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser, contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GOMEZ, Santiago; GOSFROGUEL, Ramón (Comp). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre, 2007.

MARX, K.; FRIEDRICH, E. *Manifesto do Partido Comunista*. 1. ed. Porto Alegre: L&PM, 2003.

MICELI, Paulo Celso. *O Feudalismo*. São Paulo: Editora Atual, 1994.

ECO-REBEL

MIGNOLO, Walter D. *Aiethesis Decolonial*. Calle 14. V. 4, no. 4. Enero-junio, 2010.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes/UNICAMP, 2012.

PÊCHEUX, Michel. *Les Vértiés de la Palice*, Maspero, Paris, trad. bras. *Semântica e Discurso*, Eni Orlandi et alii, Editora da UNICAMP, 1975.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina*. In: *Anuário Mariateguiano*. Lima: Amatua, v. 9, n. 9, 1997.

REIS, Maurício de Novais; ANDRADE, Marcilea Freitas Ferraz de. *O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas*. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 202, março, 2018.

RIBEIRO, Marina Ferreira da Rosa. *Uma reflexão conceitual entre identificação projetiva e enactment. O analista implicado*. *Revista Cadernos de psicanálise*, vol. 38, Rio de Janeiro, dez., 2016.

ROSEVICS, Larissa. *Do pós-colonial à decolonialidade*. In: CARVALHO, Glauber. ROSEVICS, Larissa (Orgs.). *Diálogos internacionais: reflexões críticas do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Perse, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. *Revista Novos Estud-CEBRAP* 2007.

Aceito em 06/01/2022.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 8, N. 1, 2022.